

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração	20
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	73
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	76
--	----

Motivos de Reapresentação	77
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
Total	12.504.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	209.317	212.211	213.035
1.01	Ativo Circulante	1.228	2.579	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	222	213	214
1.01.03	Contas a Receber	174	196	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	174	196	1.928
1.01.04	Estoques	0	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	612	594	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	612	594	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	220	434	249
1.02	Ativo Não Circulante	208.089	209.632	208.970
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	140.214	129.598	123.147
1.02.01.03	Contas a Receber	140.214	129.598	123.147
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	140.214	129.598	123.147
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	67.780	79.939	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	67.780	79.939	85.728
1.02.04	Intangível	94	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	209.317	212.211	213.035
2.01	Passivo Circulante	30.745	52.793	39.343
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.787	14.721	12.278
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.787	14.721	12.278
2.01.02	Fornecedores	4.627	10.760	3.915
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.627	10.760	3.915
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.331	27.312	23.150
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.141	6.724	5.599
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.141	6.724	5.599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.416	7.527	7.148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.774	13.061	10.403
2.02	Passivo Não Circulante	814.837	774.997	740.541
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	708.672	672.188	561.922
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	708.672	672.188	561.922
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	708.672	672.188	561.922
2.02.02	Outras Obrigações	13.496	13.786	11.543
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.496	13.786	11.543
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.496	13.786	11.543
2.02.04	Provisões	92.669	89.023	167.076
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.290	78.989	158.022
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.290	78.989	158.022
2.02.04.02	Outras Provisões	12.379	10.034	9.054
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	7.715	5.921	5.655
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	4.664	4.113	3.399
2.03	Patrimônio Líquido	-636.265	-615.579	-566.849
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-679.201	-659.264	-611.595
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.936	2.685	3.746

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.342	3.386	14.515
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.053	-3.162	-4.135
3.03	Resultado Bruto	5.289	224	10.380
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	28.675	11.002	-54.970
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.165	-7.413	-19.042
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	79.310	19.129	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.919	0	-49.158
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-551	-714	13.230
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.964	11.226	-44.590
3.06	Resultado Financeiro	-89.175	-59.301	-32.683
3.06.01	Receitas Financeiras	7.976	3.279	20.339
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.151	-62.580	-53.022
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-55.211	-48.075	-77.273
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-55.211	-48.075	-77.273
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-55.211	-48.075	-77.273
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,41510	-3,84450	-6,17938

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-55.211	-48.075	-77.273
4.03	Resultado Abrangente do Período	-55.211	-48.075	-77.273

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9	-1	58.752
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.566	-3.397	183.136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.557	3.396	-124.384
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	184.368
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0	-243.121
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9	-1	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	213	214	215
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	222	213	214

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	2.685	-659.264	0	-615.579
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-749	35.274	0	34.525
5.02.02	Ajuste do Exercício de Avaliação Patrimonial	0	0	-749	35.274	0	34.525
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	1.936	-623.990	0	-581.054
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.211	0	-55.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.211	0	-55.211
5.07	Saldos Finais	41.000	0	1.936	-679.201	0	-636.265

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-611.595	0	-566.849
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.061	406	0	-655
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	2.685	-611.189	0	-567.504
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.075	0	-48.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.075	0	-48.075
5.07	Saldos Finais	41.000	0	2.685	-659.264	0	-615.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	18.730	0	-826.785	277.479	-489.576
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	18.730	0	-826.785	277.479	-489.576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.273	0	-77.273
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.273	0	-77.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-611.595	0	-566.849

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	8.342	3.386	14.644
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.302	3.361	14.515
7.01.02	Outras Receitas	40	25	129
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.321	-4.927	-83.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.281	-2.851	-2.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.588	-1.860	-4.185
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-39.919	0	-10.237
7.02.04	Outros	-533	-216	-66.250
7.03	Valor Adicionado Bruto	-36.979	-1.541	-68.966
7.04	Retenções	-2.938	-2.855	-6.384
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.938	-2.855	-6.384
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-39.917	-4.396	-75.350
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	86.735	21.694	33.569
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-551	-714	13.230
7.06.02	Receitas Financeiras	7.976	3.279	20.339
7.06.03	Outros	79.310	19.129	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	46.818	17.298	-41.781
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	46.818	17.298	-41.781
7.08.01	Pessoal	4.047	2.032	1.890
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.893	1.571	1.562
7.08.01.02	Benefícios	102	336	240
7.08.01.03	F.G.T.S.	52	125	88
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	831	761	1.591
7.08.02.01	Federais	831	761	1.585
7.08.02.03	Municipais	0	0	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.151	62.580	32.011
7.08.03.01	Juros	97.151	62.580	32.011
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-55.211	-48.075	-77.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-55.211	-48.075	-77.273

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	207.418	211.579	212.539
1.01	Ativo Circulante	1.228	2.579	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	222	213	214
1.01.03	Contas a Receber	174	196	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	174	196	1.928
1.01.04	Estoques	0	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	612	594	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	612	594	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	220	434	249
1.02	Ativo Não Circulante	206.190	209.000	208.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	138.316	128.967	122.652
1.02.01.03	Contas a Receber	138.316	128.967	122.652
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	138.316	128.967	122.652
1.02.03	Imobilizado	67.780	79.939	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	67.780	79.939	85.728
1.02.04	Intangível	94	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94	94

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	207.418	211.579	212.539
2.01	Passivo Circulante	31.340	53.576	41.346
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.309	15.206	12.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.309	15.206	12.623
2.01.02	Fornecedores	4.647	10.767	5.207
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.647	10.767	5.207
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.384	27.603	23.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.141	6.724	5.694
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.141	6.724	5.694
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.416	7.781	7.396
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.827	13.098	10.426
2.02	Passivo Não Circulante	812.343	773.582	738.042
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	709.212	672.267	561.989
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	709.212	672.267	561.989
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	709.212	672.267	561.989
2.02.02	Outras Obrigações	11.629	13.166	9.760
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.629	13.166	9.760
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.629	13.166	9.760
2.02.04	Provisões	91.502	88.149	166.293
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	83.787	82.228	160.638
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	83.787	82.228	160.638
2.02.04.02	Outras Provisões	7.715	5.921	5.655
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	7.715	5.921	5.655
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-636.265	-615.579	-566.849
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-679.201	-659.264	-611.595
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.936	2.685	3.746

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.342	3.386	14.515
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.053	-3.162	-4.135
3.03	Resultado Bruto	5.289	224	10.380
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	28.941	11.093	-68.200
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.192	-7.412	-19.042
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	79.052	18.505	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.919	0	-49.158
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.230	11.317	-57.820
3.06	Resultado Financeiro	-89.441	-59.392	-19.453
3.06.01	Receitas Financeiras	7.976	3.279	20.339
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.417	-62.671	-39.792
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-55.211	-48.075	-77.273
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-55.211	-48.075	-77.273
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-55.211	-48.075	-77.273
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-55.211	-48.075	-77.273
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,41510	-3,84450	-6,17938

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-55.211	-48.075	-77.273
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-55.211	-48.075	-77.273
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-55.211	-48.075	-77.273

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9	-1	-19.055
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.546	-3.408	196.366
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.537	3.407	-215.421
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	394
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0	18.661
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9	-1	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	213	214	214
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	222	213	214

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	2.685	-659.264	0	-615.579	0	-615.579
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-749	35.274	0	34.525	0	34.525
5.02.02	Ajuste de Exercício Avaliação Patrimonial	0	0	-749	35.274	0	34.525	0	34.525
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	1.936	-623.990	0	-581.054	0	-581.054
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.211	0	-55.211	0	-55.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.211	0	-55.211	0	-55.211
5.07	Saldos Finais	41.000	0	1.936	-679.201	0	-636.265	0	-636.265

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-611.595	0	-566.849	0	-566.849
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.061	406	0	-655	0	-655
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	2.685	-611.189	0	-567.504	0	-567.504
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.075	0	-48.075	0	-48.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.075	0	-48.075	0	-48.075
5.07	Saldos Finais	41.000	0	2.685	-659.264	0	-615.579	0	-615.579

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	18.730	0	-826.785	277.479	-489.576	0	-489.576
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	18.730	0	-826.785	277.479	-489.576	0	-489.576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.273	0	-77.273	0	-77.273
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.273	0	-77.273	0	-77.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-611.595	0	-566.849	0	-566.849

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	8.342	3.386	14.644
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.302	3.361	14.515
7.01.02	Outras Receitas	40	25	129
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.349	-4.927	-83.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.281	-2.851	-2.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.592	-1.860	-4.185
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-39.919	0	-10.237
7.02.04	Outros	-557	-216	-66.250
7.03	Valor Adicionado Bruto	-37.007	-1.541	-68.966
7.04	Retenções	-2.938	-2.855	-6.384
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.938	-2.855	-6.384
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-39.945	-4.396	-75.350
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.028	21.785	20.339
7.06.02	Receitas Financeiras	7.976	3.279	20.339
7.06.03	Outros	79.052	18.506	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.083	17.389	-55.011
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.083	17.389	-55.011
7.08.01	Pessoal	4.047	2.032	1.890
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.893	1.571	1.562
7.08.01.02	Benefícios	102	336	240
7.08.01.03	F.G.T.S.	52	125	88
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	830	761	1.591
7.08.02.01	Federais	830	761	1.585
7.08.02.03	Municipais	0	0	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.417	62.671	18.781
7.08.03.01	Juros	97.417	62.671	18.781
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-55.211	-48.075	-77.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-55.211	-48.075	-77.273

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Prezados Acionistas,

Em conformidade com a Legislação em vigor, e com as disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, referente o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Como é sabido, a receita principal da Companhia é auferida através da locação de imóveis em seus três parques industriais, na Zona Franca de Manaus.

A Companhia possui créditos a seu favor, reconhecidos parcialmente na contabilidade, referentes à Taxa CACEX e Taxa Suframa. Tais créditos, quando realizados na sua totalidade, garantirão a solvência da Companhia.

Os créditos contra a Taxa Suframa passaram a ser, neste exercício, por conservadorismo, contabilizados apenas sobre valores incontroversos. Entretanto, a empresa continua discutindo em Juízo valores considerados controversos, que garantem a sua solvência. Adicionalmente, a Companhia vem se endereçando a resolver as pendências dos passivos, utilizando os futuros precatórios.

No tocante ao Passivo Trabalhista, gostaríamos de ressaltar que no passado a Companhia já teve mais de 9.000 funcionários. O passivo trabalhista hoje está reduzido a menos de 200 casos, que a companhia discute na Justiça, por entender que os valores solicitados não são devidos. Isso quer dizer que o potencial Passivo Trabalhista, decorrente daquele nível de empregos anterior está mais de 95% resolvido.

O Passivo Tributário da Companhia, conforme demonstrado em nosso relatório e demonstrações financeiras, foi tratado através de adesão ao Refis, em suas diversas etapas, que criou importantes espaços para sua resolução.

Marca iPhone – O processo movido na Justiça contra a Apple de São Paulo encontra-se suspenso, aguardando decisão de um processo que corre na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Nesse momento estamos aguardando a decisão relativa a dois recursos (Especial e Extraordinário) que fizemos, em virtude de decisões contra a empresa e contra o INPI, na Justiça Federal daquele estado.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(CONTINUAÇÃO)**

A Diretoria declara que o conjunto das demonstrações financeiras foi por nós preparadas, revisadas e discutidas, e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas Notas Explicativas e Demonstrações Financeiras.

Além disso a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes.

Agradecemos o contínuo apoio e confiança de nossos parceiros Comerciais, de nossos funcionários e, principalmente, dos nossos acionistas minoritários.

A Diretoria

IGB ELETRÔNICA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012 E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

IGB ELETRÔNICA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012.**

CONTEÚDO

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações de resultados

Quadro 3 — Demonstrações de resultados abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 6 – Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Prezados Acionistas,

Em conformidade com a Legislação em vigor, e com as disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, referente o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Como é sabido, a receita principal da Companhia é auferida através da locação de imóveis em seus três parques industriais, na Zona Franca de Manaus.

A Companhia possui créditos a seu favor, reconhecidos parcialmente na contabilidade, referentes à Taxa CACEX e Taxa Suframa. Tais créditos, quando realizados na sua totalidade, garantirão a solvência da Companhia.

Os créditos contra a Taxa Suframa passaram a ser, neste exercício, por conservadorismo, contabilizados apenas sobre valores incontroversos. Entretanto, a empresa continua discutindo em Juízo valores considerados controversos, que garantem a sua solvência. Adicionalmente, a Companhia vem se endereçando a resolver as pendências dos passivos, utilizando os futuros precatórios.

No tocante ao Passivo Trabalhista, gostaríamos de ressaltar que no passado a Companhia já teve mais de 9.000 funcionários. O passivo trabalhista hoje está reduzido a menos de 200 casos, que a companhia discute na Justiça, por entender que os valores solicitados não são devidos. Isso quer dizer que o potencial Passivo Trabalhista, decorrente daquele nível de empregos anterior está mais de 95% resolvido.

O Passivo Tributário da Companhia, conforme demonstrado em nosso relatório e demonstrações financeiras, foi tratado através de adesão ao Refis, em suas diversas etapas, que criou importantes espaços para sua resolução.

Marca iPhone – O processo movido na Justiça contra a Apple de São Paulo encontra-se suspenso, aguardando decisão de um processo que corre na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Nesse momento estamos aguardando a decisão relativa a dois recursos (Especial e Extraordinário) que fizemos, em virtude de decisões contra a empresa e contra o INPI, na Justiça Federal daquele estado.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(CONTINUAÇÃO)**

A Diretoria declara que o conjunto das demonstrações financeiras foi por nós preparadas, revisadas e discutidas, e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas Notas Explicativas e Demonstrações Financeiras.

Além disso a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes.

Agradecemos o contínuo apoio e confiança de nossos parceiros Comerciais, de nossos funcionários e, principalmente, dos nossos acionistas minoritários.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
IGB ELETRÔNICA S/A
Amazonas - AM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IGB Eletrônica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

ÊNFASES

- Em 29 de julho de 2015, emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras da IGB Eletrônica S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº3.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir, exclusivamente, os seguintes temas: (i) mudança na prática contábil quanto ao registro e manutenção de créditos tributários diferidos oriundos de Prejuízos Fiscais e Bases Negativas da Contribuição Social. Como resultado desta mudança, a Companhia deixou de reconhecer contabilmente referido crédito tributário no montante de R\$284.440 mil, assim como, apurou e retificou retrospectivamente em suas demonstrações financeiras os efeitos e valores correspondentes. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida em 29 de julho de 2015, não é mais necessária; e (ii) baseada em sentença proferida pelo Tribunal Regional Federal do Estado de Amazonas em 22 de setembro de 2015, a Companhia alterou os índices de correção monetária aplicados sobre os valores incontroversos vinculados à Taxa Suframa a receber (nota explicativa nº8), o que ocasionou um aumento no ativo não circulante de R\$6.353 mil. Portanto, nossa opinião está sendo reemitida nesta data, considerando essas alterações e substituindo a opinião anteriormente emitida.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 8, baseada no posicionamento favorável de seus assessores jurídicos, e em decisões definitivas com “transito em julgado” proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF, cujo “mérito” foi julgado como procedente a favor da Companhia, foi reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 um montante líquido de R\$122.931 mil (créditos com valores “incontroversos”), provenientes de dois processos impetrados contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, pertinentes a cobranças indevidas de taxas sobre importações realizadas pela Companhia durante o período compreendido entre junho de 1991 e dezembro de 1999. Atualmente, apesar da Companhia ter registrado em suas demonstrações financeiras somente a parcela incontroversa do direito ao referido crédito (parcelas estas que foram devidamente reconhecidas pela própria Autarquia - Suframa), o que assegura o tratamento deste ativo como de ganho praticamente certo, nos termos da Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25, o efetivo recebimento dos valores depende de execuções judiciais em andamento e/ou outras formas de negociações destes ativos. Desta forma, apesar do reconhecimento do direito sobre os referidos créditos, atualmente não é possível determinar quando e como ocorrerá sua liquidação financeira a favor da Companhia, o que originou seu registro como ativo não circulante.



ÊNFASES (CONTINUAÇÃO)

- O plano de recuperação extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2010, prevê o arrendamento dos bens e da marca “Gradiente”, antiga IGB Eletrônica S/A à investida CBTD. Entretanto, como as operações da CBTD não foram iniciados, conseqüentemente, não geraram caixa mínimo suficiente para pagamento do arrendamento e pagamento aos credores da Recuperação Extrajudicial. Neste sentido, a Companhia solicitou aditamento ao plano de Recuperação Extrajudicial para postergar o prazo de início dos pagamentos aos credores. Referido pleito foi indeferido pelo juiz da Recuperação Extrajudicial, tendo a Companhia interposto recurso à esta decisão. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, na hipótese de não provimento ao referido recurso, ainda será cabível à Companhia Recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 14, a Companhia iniciou renegociações com determinados credores, o que na opinião dos seus assessores jurídicos, em virtude da prolação da sentença de extinção da Recuperação Extrajudicial e decorrente da pendência de julgamento do Recurso de apelação impetrado pela Companhia, possui amparo legal na Legislação aplicável às empresas em Recuperação Extrajudicial. A continuidade normal das operações da Companhia depende do sucesso do plano de reestruturação e/ou dos referidos acordos que atualmente estão sendo celebrados com os credores. Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº1 e nº14 às demonstrações financeiras, bem como para a insuficiência de patrimônio líquido no valor de R\$636.265 mil, em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da Companhia e liquidação das dívidas junto aos credores da Recuperação Extrajudicial.

OUTROS ASSUNTOS

- Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



OUTROS ASSUNTOS (CONTINUAÇÃO)

- O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota nº 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 31 de março de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3.1 que foram efetuados para alterar as informações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Amazonas, 06 de novembro de 2015.

Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

Notas Explicativas

QUADRO 1

IGB ELETRÔNICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012.

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Controladora	
	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)		31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)
CIRCULANTE							CIRCULANTE		
Disponibilidades	222	213	214	222	213	214	Fornecedores (nota 10)	4.367	3.742
Estoques (nota 6)	-	1.142	1.142	-	1.142	1.142	Obrigações sociais e provisões trabalhistas (nota 11)	3.787	14.721
Impostos, Taxas e Contrib. a recuperar (nota 7)	612	594	532	612	594	532	Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 12)	22.331	27.312
Adiantamentos diversos	220	434	249	220	434	249	Impostos parcelados (nota 13)	32	6.595
Outras contas a receber	174	196	1.928	174	196	1.928	Outras contas a pagar	228	423
Total do ativo circulante	1.228	2.579	4.065	1.228	2.579	4.065	Total do passivo circulante	30.745	52.793
NÃO CIRCULANTE							NÃO CIRCULANTE		
Taxa Suframa (nota 8)	122.931	113.162	108.000	122.931	113.162	108.000	Credores - Recuperação Extrajudicial (nota 14)	456.776	460.683
Impostos, Taxas e Contrib. a recuperar (nota 7)	9.637	10.322	9.765	9.637	10.322	9.765	Fornecedores (nota 10)	35.315	36.037
Partes relacionadas (nota 16)	1.898	631	495	-	-	-	Impostos parcelados (nota 13)	216.581	175.468
Depósitos judiciais (nota 15)	5.748	5.483	4.887	5.748	5.483	4.887	Provisão para contingências (nota 15)	88.005	84.910
	140.214	129.598	123.147	138.316	128.967	122.652	Provisão para perda com investimentos	4.664	4.113
							Partes relacionadas (nota 16)	13.496	13.786
							Total do passivo não circulante	814.837	774.997
Investimentos	1	1	1	-	-	-	PASSIVO A DESCOBERTO (nota 17)		
Intangíveis	94	94	94	94	94	94	Capital social	41.000	41.000
Imobilizado (nota 9)	67.780	79.939	85.728	67.780	79.939	85.728	Ajuste de avaliação patrimonial	1.936	2.685
							Prejuízos acumulados	(679.201)	(659.264)
Total do não circulante	208.089	209.632	208.970	206.190	209.000	208.474	Total do passivo a descoberto	(636.265)	(615.579)
TOTAL DO ATIVO	209.317	212.211	213.035	207.418	211.579	212.539	TOTAL DO PASSIVO	209.317	212.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - GRADIENTE ELETRÔNICA S.A.	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas (nota 18)	8.342	3.386	8.342	3.386
Custos	(2.281)	(2.851)	(2.281)	(2.851)
Impostos sobre Vendas	(772)	(311)	(772)	(311)
Lucro bruto	5.289	224	5.289	224
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas (nota 19)	(10.165)	(7.413)	(10.192)	(7.412)
Resultado de equivalência patrimonial	(551)	(714)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 20)	39.391	19.129	39.133	18.505
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	33.964	11.226	34.230	11.317
Receitas financeiras	7.976	3.279	7.976	3.279
Despesas financeiras	(97.151)	(62.580)	(97.417)	(62.671)
Receita (despesas) financeiras líquidas (nota 21)	(89.175)	(59.301)	(89.441)	(59.392)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(55.211)	(48.075)	(55.211)	(48.075)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)
Resultado Líquido do Período	(55.211)	(48.075)	(55.211)	(48.075)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas				
(=) Resultado Abrangente do Período	(55.211)	(48.075)	(55.211)	(48.075)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

IGB ELETRÔNICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Reapresentado)	41.000	3.746	(611.595)	-	(566.849)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.061)	406	-	(655)
Prejuízo do exercício	-	-	(48.075)	-	(48.075)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)	41.000	2.685	(659.264)	-	(615.579)
Ajuste de avaliação patrimonial		(749)	35.274	-	34.525
Prejuízo do exercício			(55.211)	-	(55.211)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)	<u>41.000</u>	<u>1.936</u>	<u>(679.201)</u>	<u>-</u>	<u>(636.265)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**IGB ELETRÔNICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(55.211)	(48.075)	(55.211)	(48.075)
Depreciações e amortizações	5.346	5.787	5.346	5.787
Impairment s/ Ativo Imobilizado	6.813	-	6.813	-
Equivalência patrimonial	551	714	-	-
Provisão para contingências	2.781	(79.099)	3.039	(78.476)
Provisão para garantia	314	332	314	332
Encargos financeiros:				
Tributos a recolher parcelados	34.550	85.618	35.024	85.633
Redução (aumento) de ativos				
Tributos a recuperar - demais	685	(558)	685	(558)
Depósitos judiciais	(265)	(596)	(265)	(596)
Recuperação Extra-Judicial	(4.629)	31.246	(4.629)	31.245
Em contas a receber	22	1.732	22	1.732
Em estoques	1.142	-	1.142	-
Em Adiantamentos diversos	214	(185)	214	(185)
Em impostos a recuperar	(18)	(62)	(18)	(62)
Em irpj e csll diferidos	36.514	-	36.514	-
Em taxa suframa	(11.758)	(5.826)	(11.758)	(5.826)
Aumento (redução) de passivos				
Em fornecedores	625	90	625	91
Em salários e encargos a pagar	(10.934)	2.443	(10.897)	2.583
Em impostos, taxas e contribuições a recolher	(4.981)	4.171	(5.219)	4.096
Em outros passivos	(195)	(1.129)	(195)	(1.129)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.566	(3.397)	1.546	(3.408)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuos com coligadas e controladas	(1.557)	3.396	(1.537)	3.407
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	(1.557)	3.396	(1.537)	3.407
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	9	(1)	9	(1)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial de caixa	213	214	213	214
Saldo final de caixa	222	213	222	213
Acréscimo (decréscimo) em caixa	9	(1)	9	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 6

IGB ELETRÔNICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RECEITAS	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	8.302	3.361	8.302	3.361
Outras Receitas	40	25	40	25
	<u>8.342</u>	<u>3.386</u>	<u>8.342</u>	<u>3.386</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.281)	(2.851)	(2.281)	(2.851)
Materiais/Energia/Serviços de terceiros/Outros	(2.588)	(1.860)	(2.592)	(1.860)
Recuperação (perda) de ativos	(39.919)	-	(39.919)	-
Outros	(533)	(216)	(557)	(216)
	<u>(45.321)</u>	<u>(4.927)</u>	<u>(45.349)</u>	<u>(4.927)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(36.979)</u>	<u>(1.541)</u>	<u>(37.007)</u>	<u>(1.541)</u>
RETENÇÕES				
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.938)	(2.855)	(2.938)	(2.855)
	<u>(2.938)</u>	<u>(2.855)</u>	<u>(2.938)</u>	<u>(2.855)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>(39.917)</u>	<u>(4.396)</u>	<u>(39.945)</u>	<u>(4.396)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(551)	(714)	-	-
Receitas /Despesas Financeiras	7.976	3.279	7.976	3.279
Outras Despesas/Receitas Operacionais	79.310	19.129	79.052	18.506
	<u>86.735</u>	<u>21.694</u>	<u>87.028</u>	<u>21.785</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>46.818</u>	<u>17.298</u>	<u>47.083</u>	<u>17.389</u>
PESSOAL				
Remuneração Direta	3.893	1.571	3.893	1.571
Benefícios	102	336	102	336
FGTS	52	125	52	125
	<u>4.047</u>	<u>2.032</u>	<u>4.047</u>	<u>2.032</u>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES				
Federais	831	761	830	761
	<u>831</u>	<u>761</u>	<u>830</u>	<u>761</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS				
Juros	97.151	62.580	97.417	62.671
	<u>97.151</u>	<u>62.580</u>	<u>97.417</u>	<u>62.671</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS				
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(55.211)	(48.075)	(55.211)	(48.075)
	<u>(55.211)</u>	<u>(48.075)</u>	<u>(55.211)</u>	<u>(48.075)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>46.818</u>	<u>17.298</u>	<u>47.083</u>	<u>17.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IGB ELETRÔNICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IGB Eletrônica S/A (“IGB” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto com sede na Avenida Açaí, 875, Bloco C, na cidade de Manaus - AM, que atualmente tem como objetivo principal administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais situados na Zona Franca de Manaus (que estão disponíveis para locação). A Companhia realizou também o arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (“CBTD”), da marca “Gradiente”, sendo que por meio desta nova empresa, e com a retomada da comercialização de produtos de eletrônica e de consumo, a marca “Gradiente” será reinserida no mercado. Com essas medidas, a Companhia pretendeu reduzir seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas junto aos credores.

Em virtude da não alavancagem das operações da CBTD, a Companhia está buscando outras formas de aproveitar o seu mais importante ativo, que é a marca Gradiente.

Recuperação Extrajudicial

A Companhia obteve em 24 de maio de 2010 a homologação de seu plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de Recuperação Extrajudicial”) para o pagamento da totalidade de sua dívida, sem desconto e com acréscimo de juros em decisão proferida no âmbito do processo 100.09.346.208-4 em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Como parte do plano de recuperação extrajudicial, a Companhia vislumbra atingir, até 2020, resultados tributáveis positivos, em decorrência principalmente das seguintes operações extraordinárias:

- Repetição de indébito da Taxa Suframa – R\$116,5 milhões;
- Exploração da marca Gradiente – R\$419,0 milhões;
- Receita de aluguéis – R\$120,0 milhões; e
- Ativo contingente referente a processo de propriedade intelectual – R\$200,0 milhões.

Aditamento ao plano de Recuperação Extrajudicial

Em 25 de março de 2011, foi firmado pelos credores um aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial, que contou com a adesão de credores que representam 66,3% dos créditos. Neste aditamento, entre outras medidas, a Companhia condicionou o início do pagamento aos credores, ao desempenho operacional e financeiro da CBTD, sendo que o não atingimento das metas pré-estabelecidas, implicaria na prorrogação no prazo para início dos pagamentos por 365 dias.

Em 20 de junho de 2013, foi peticionado na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, comunicado informando que a CBTD não atingiu os níveis mínimos de caixa e indicadores de *performance*, previamente fixados, solicitando prorrogação de prazo para início dos pagamentos por 365 dias. O desembargador relator não concedeu o efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a prorrogação dos prazos para início do cumprimento do Plano de Recuperação Extrajudicial e respectivo aditamento.

Contra essa decisão, a Companhia apresentou recurso de agravo de instrumento, ao qual não foi concedido efeito suspensivo e que pende de julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Companhia também solicitou ao Juízo da Recuperação Extrajudicial a concessão de prazo razoável para que pudesse negociar e obter a aprovação de seus principais credores, entretanto, em 16 de abril de 2014 foi proferida decisão indeferindo a concessão do referido prazo, tornando assim extinto o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

A Companhia interpôs Recurso de Apelação contra a extinção de seu Plano Extrajudicial, que se processa apenas no “efeito devolutivo”, que também aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.

Atualmente, a Companhia aguarda julgamento dos recursos interpostos contra a decisão que extinguiu seu plano de recuperação extrajudicial. Caso sejam desprovidos seus recursos, poderá requerer recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF.

2. CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	2014	2013
Pókiós Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A (*)	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

(*) Sobre demonstrações financeiras da subsidiária no exterior Compañia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foram constituídas provisões para perda em todas as contas do balanço, de modo a não impactar as demonstrações financeiras da controladora, devido à inexistência de operações naquela empresa.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2015.

3.3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

As demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)

As retificações de erros e mudanças de práticas contábeis efetuadas nas demonstrações financeiras foram decorrentes dos seguintes assuntos:

Mudanças realizadas nestas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014:*a) Ativo fiscal diferido – Baixa integral do saldo constituído*

A Companhia vinha reconhecendo, desde o exercício de 2011, créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Tais créditos foram constituídos com base em expectativa de lucros tributáveis futuros, fundamentado por estudo de viabilidade efetuado por empresa independente. Apesar dos esforços envidados pela Administração da Companhia, referido plano de recuperação não atingiu os resultados projetados. Desta forma, em decorrência dos tributos diferidos não atenderem todos os preceitos definidos nas normas técnicas (Deliberação CVM nº 599 / CPC 32) para seu registro e manutenção, a Companhia realizou a “baixa” contábil destes ativos, apurando retrospectivamente os efeitos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e nos saldos iniciais de 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2013.

b) Ativo contingente relacionado à Taxa Suframa

Em exercícios anteriores, a Companhia, baseada no posicionamento favorável de seus assessores jurídicos e entendimentos de sua Administração, reconheceu um ativo no montante de R\$345.815mil, proveniente de discussão judicial impetrada contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, pertinente a cobranças indevidas de taxas sobre importações realizadas pela Companhia durante o período compreendido entre junho de 1991 e dezembro de 1999, cujo mérito foi julgado como procedente a favor da Companhia em decisão definitiva com “transito em julgado” proferido pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2011.

Na ocasião, embora houvesse o direito incontroverso da Companhia sobre o mérito da discussão judicial (o que assegurava o tratamento deste ativo como de ganho praticamente certo, nos termos da Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25), ainda não era possível determinar com exatidão o valor que seria ressarcido à Companhia, uma vez que, existiam discussões judiciais em andamento relacionadas aos critérios de cálculo/atualização deste crédito. Portanto, nos termos do CPC 00 – Estrutura conceitual básica, o referido ativo ainda não possuía todos os elementos necessários para seu reconhecimento, visto que não era possível mensurar, de forma fidedigna, a correta valorização do mesmo.

No exercício de 2014, tendo em vista o desfecho parcial das discussões judiciais em andamento (assunto melhor detalhado na nota explicativa nº7), foi possível determinar corretamente o “valor incontroverso” da causa, e conseqüentemente, foi possível valorizar de forma adequada este ativo. Dessa forma, a Companhia revisou seu critério de contabilização deste ativo, e optou por manter em suas demonstrações financeiras somente o valor incontroverso à que tem direito. Valor este julgado pelo Tribunal Federal de São Paulo e já reconhecido pela parte contrária.

c) *Ativo contingente relacionado à Taxa Suframa – Correção do valor incontroverso*

Nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia aplicado correção monetária sobre o valor incontroverso definido para o ativo contingente junto à Suframa (conforme detalhamento na nota explicativa nº7), tomando como base o índice de correção - IPCA.

Em 22 de setembro de 2015, foi proferida sentença pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Estado do Amazonas, referente aos embargos à execução, vinculados ao processo nº 18282- 07.2012.4.01.3200 (conforme detalhamento na nota explicativa nº8).

Entre outras resoluções, a referida sentença determinou que os valores executados sejam atualizados “de acordo com a forma de cálculo aplicável ao indébito tributário prevista no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com aplicação do INPC de 06/1991 a 11/1991, do IPCA – Série Especial em 12/1991, da UFIR de 01/1992 a 01/1996 e exclusivamente da Selic a partir de 01/1996”.

Tendo em vista que a alteração na taxa de correção configura uma “mudança de prática contábil”, a Companhia realizou, nos termos do CPC 23, os ajustes retrospectivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2013.

d) *Reclassificação entre rubricas*

Os montantes de R\$35.315 mil e R\$36.037 mil que estavam originalmente apresentados na rubrica “Credores – Recuperação Extrajudicial” em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e 1º de janeiro de 2013, respectivamente, foram reclassificados para a rubrica “Fornecedores” (no passivo não circulante). Referida reclassificação entre rubricas foi realizada para uma melhor apresentação das informações financeiras, uma vez que o saldo reclassificado não estava diretamente vinculado a credores inclusos no plano de Recuperação Extrajudicial.

e) *Atualização monetária dos saldos a pagar junto aos credores da recuperação extrajudicial*

A Companhia conduziu uma revisão sobre seus controles mantidos para a contabilização dos saldos a pagar vinculados à Recuperação Extrajudicial, e nesta revisão, foi identificada uma inconsistência no cálculo da atualização monetária dessas obrigações, uma vez os índices de atualização estavam sendo indevidamente “acumulados”. Como resultado desta inconsistência, o passivo apresentado estava superavaliado. Adicionalmente, a Companhia retificou lançamento indevido de juros e correção monetária reconhecidos em 2013, porém pertencentes ao exercício de 2012.

Contas a receber – Receita diferida junto à CBTD

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia possui um Contrato de Arrendamento de Ativos imobilizados e de propriedade intelectual (da marca Gradiente) junto à CBTD. Em virtude da CBTD ainda não ter alavancado suas operações conforme o planejado, atualmente a Companhia não está auferindo receitas com esta operação. Dessa forma, a Companhia revisou o critério de contabilização e apresentação desta operação (que anteriormente era tratada como uma receita diferida, figurando tanto no ativo como no passivo pelos mesmos valores), e optou por retirar de suas Demonstrações Financeiras o montante de R\$ 81.852 mil, que era mantido no Contas a Receber (no Ativo não Circulante) e na provisão de Receita Diferida, (no Passivo não Circulante).

Os efeitos da aplicação do CPC 23 nos saldos reapresentados de 31 de dezembro de 2014 estão assim demonstrados:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2014 (Consolidado)			
<i>Ativo</i>			
Taxa Suframa	116.578	6.353	122.931
IRPJ e C.SLL Diferidos	284.440	(284.440)	-
Total do ativo	401.018	(278.087)	122.931
<i>Passivo e passivo a descoberto</i>			
Credores - Recuperação Extrajudicial	492.091	(35.315)	456.776
Fornecedores (longo prazo)	-	35.315	35.315
Prejuízos acumulados	(401.114)	(278.087)	(679.201)
Total do passivo	90.977	(278.087)	(187.110)
31/12/2014 (Consolidado)			
<i>Resultado do exercício</i>			
Receitas financeiras	1.623	6.353	7.976
IRPJ e C.SLL Diferidos	31.904	(31.904)	-
Total do resultado	33.527	(25.551)	7.976
		-	
Prejuízo do exercício	(29.660)	(25.551)	(55.211)

	31/12/2013 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Ativo</i>			
Taxa suframa	345.816	(232.654)	113.162
Contas a receber	81.852	(81.852)	-
IRPJ e C.SLL Diferidos	291.818	(291.818)	-
Total do ativo	719.486	(606.324)	113.162
<i>Passivo e passivo a descoberto</i>			
Credores - Recuperação Extrajudicial	504.865	(44.182)	460.683
Fornecedores (longo prazo)	-	36.037	36.037
Receita diferida - Arrendamento	81.852	(81.852)	-
Prejuízos acumulados	(142.937)	(516.327)	(659.264)
Total do passivo	443.780	(606.324)	(162.544)
<i>Resultado do exercício</i>			
Receitas	3.361	25	3.386
Despesas gerais e administrativas	(8.036)	624	(7.412)
Outras receitas (despesas)	(44.274)	62.779	18.505
Receitas financeiras	23.771	(20.492)	3.279
Despesas financeiras	(45.058)	(17.613)	(62.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.847	(29.847)	-
Total do resultado	(40.389)	(4.524)	(44.913)
Prejuízo do exercício	(43.551)	(4.524)	(48.075)
	01/01/2013 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Ativo</i>			
Taxa suframa	324.893	(216.893)	108.000
Contas a receber	53.610	(53.610)	-
IRPJ e C.SLL Diferidos	261.971	(261.971)	-
Total do ativo	640.474	(532.474)	108.000
<i>Passivo e passivo a descoberto</i>			
Credores - Recuperação Extrajudicial	433.201	(3.918)	429.283
Fornecedores (longo prazo)		36.194	36.194
Receita diferida - Arrendamento	53.610	(53.610)	-
Prejuízos acumulados	(100.456)	(511.139)	(611.595)
Total do passivo	386.355	(532.473)	(146.118)

3.4. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.5 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Contas a receber e outros recebíveis, Taxa Suframa a receber, Imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para perdas com investimentos, provisões de garantia e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas do Grupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação de cada investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas mensura qualquer participação de não controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

4.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia e de suas controladas.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Considerando a escassez de recursos financeiros disponíveis, devido ao processo de reestruturação econômico-financeira por que passa a Companhia, a mesma, mantém contrato com a empresa Vocaboli Administração e Participações S.A para desenvolver a atividade de gestão de seu caixa.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c. Capital Social

As ações ordinárias da Companhia controladora são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Em 30 de Janeiro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de dividendos da Companhia, onde fica estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado com base em suas Demonstrações Financeiras semestrais ou anuais.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.3. IMOBILIZADO

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem:

- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e o comparativo são as seguintes:

- Edifícios.....25 anos
- Máquinas, aparelhos e equipamentos.....25 anos
- Móveis e utensílios.....10 anos
- Computadores e periféricos..... 04 anos
- Aparelhos e Instrumentos..... 08 anos
- Ferramental.....07 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.5. ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

4.6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

a. Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob as condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.7. RECEITA OPERACIONAL

Receita de aluguéis e arrendamentos

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia decorrem da locação de imóveis de sua propriedade que estão situados na Zona Franca de Manaus, e estão disponíveis para locação.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia possui um Contrato de Arrendamento de Ativos imobilizados e de propriedade intelectual (da marca Gradiente) junto à CBTD.

Em virtude da CBTD ainda não ter alavancado suas operações conforme o planejado, atualmente a Companhia não está auferindo receitas com esta operação. Dessa forma, no 1º trimestre DE 2014, a Companhia optou por retirar de suas Demonstrações Financeiras o montante de R\$ 81.852 mil, que era mantido no Contas a Receber (no Ativo não Circulante) e na provisão de Receita Diferida, (no Passivo não Circulante).

4.8. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4.10. NOVAS INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pela IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia e suas controladas pretendem adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- Entidades de Investimentos (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27);
- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32;
- IFRIC 21 - Tributos;
- IAS 39 - Renovação de Derivativos Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão.
- IAS 19 – Benefícios a empregados
- IAS 27 – Demonstrações separadas

A Administração entende que a adoção desses pronunciamentos não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

4.11. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

4.12. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Em virtude das particularidades da Companhia e de suas controladas (conforme descrito na nota nº1), atualmente as atividades operacionais (segmentos de negócio) estão substancialmente concentradas na locação e arrendamento de ativos.

4.13. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.14. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs , exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; ou
- Nível 3: inputs , para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia e suas controladas são classificados como “nível 2”.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Não houveram mudanças a serem consideradas em 31 de dezembro de 2014.

4.15. CONTAS A RECEBER E OUTROS RECEBÍVEIS

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Duplicatas a receber	40.063	40.063	40.063	40.063
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.063)	(40.063)	(40.063)	(40.063)
	-	-	-	-

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

Durante o exercício de 2013, por conservadorismo, a Companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis existentes. Contudo, por meio de seus assessores jurídicos, a Companhia busca receber os valores a que julga ter direito.

Os valores já recebidos foram automaticamente ajustados às baixas das provisões e reconhecimento do recebimento. Durante os exercícios de 2013 e 2014 nenhum valor foi recebido.

6. ESTOQUE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Matérias Primas	-	27.855	-	27.855
Produtos acabados e mercadorias para revenda	-	5.488	-	5.488
Provisão para perdas	-	(32.201)	-	(32.201)
	-	1.142	-	1.142

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia revisou a perspectiva de realização do saldo remanescente de seus estoques, e reconheceu uma baixa (como perda) para o valor residual de seus estoques.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
IPI a Recuperar	67	67	67	67
Precatório IPI (a)	248	240	248	240
Precatório Finsocial (c)	297	287	297	287
	<u>612</u>	<u>594</u>	<u>612</u>	<u>594</u>
Não circulante				
Taxa CACEX (b)	6.980	7.271	6.980	7.271
(-) Honorários Sucumbência e contratuais - Taxa Cacex	(997)	-	(997)	-
Precatório IPI (a)	737	718	737	718
Precatório Finsocial (c)	2.917	2.333	2.917	2.333
	<u>9.637</u>	<u>10.322</u>	<u>9.637</u>	<u>10.322</u>
	<u>10.249</u>	<u>10.916</u>	<u>10.249</u>	<u>10.916</u>

a. Precatório – IPI

Saldo originado a partir de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

b. Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o “trânsito em julgado” em 14 de agosto do mesmo ano.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontroverso, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto à certeza de liquidez deste crédito.

Diante deste fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório, e em Fevereiro de 2014, o Tribunal Regional Federal do Distrito Federal emitiu uma requisição determinando o pagamento da dívida. Para ajustar o valor contábil deste ativo aos valores apresentados na referida requisição de pagamento, em março de 2014 a Companhia baixou o montante de R\$1.355 desta rubrica.

c. *Precatório Finsocial (Telefunken)*

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição de indébito da contribuição para o FINSOCIAL). A Companhia obteve êxito nos seus pleitos, ganhando o direito de ressarcimento da referida contribuição. Todavia, o recebimento financeiro das parcelas deste ativo está bloqueado em virtude de um Auto de Penhora ocorrido nos autos deste precatório, por conta das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, vem monitorando os valores recebidos (penhorados automaticamente).

Utilização de precatórios para equalização de débito fiscal

A Companhia ofereceu como forma de pagamento (à vista) do parcelamento da Lei 12.996 de 2014 (Refis da Copa), a totalidade dos créditos tributários vinculados a precatórios (Precatório IPI, Carteira Cacex e Finsocial). A abertura dos créditos oferecidos, assim como do passivo fiscal líquido que a Companhia espera obter caso seu plano de parcelamento seja homologado, estão detalhados na nota explicativa nº13 – Impostos parcelados.

8. TAXA SUFRAMA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Taxa Suframa - Processo 2001.32.00.011339-2 (a)				
Valor original atualizado	386.122	352.666	386.122	352.666
Provisão para perdas - Valor controverso	(299.658)	(273.693)	(299.658)	(273.693)
Honorários contratuais a pagar (c)	(4.117)	(3.761)	(4.117)	(3.761)
Honorários de sucumbência a recoher (c)	(4.117)	(3.761)	(4.117)	(3.761)
	78.230	71.451	78.230	71.451
Taxa Suframa - Processo 2001.32.00.000902-4 (b)				
Valor original atualizado	82.190	76.692	82.190	76.692
Provisão para perdas - Valor controverso	(32.783)	(30.591)	(32.783)	(30.591)
Honorários contratuais a pagar (c)	(2.353)	(2.195)	(2.353)	(2.195)
Honorários de sucumbência a recoher (c)	(2.353)	(2.195)	(2.353)	(2.195)
	44.701	41.711	44.701	41.711
Total líquido	122.931	113.162	122.931	113.162

Fundamentada no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia ingressou com duas ações de “repetição de indébito” contra a Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus (autarquia Federal) por conta do recolhimento indevido da “Taxa Suframa” no período compreendido entre 5 de junho de 1991 e 14 de dezembro de 1999.

O detalhamento e os desfechos de cada um dos processos estão comentados a seguir:

a) Processo nº 2001.32.00.011339-2

Em 11 de junho de 2011, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com “transito em julgado” a favor da Companhia, cujo valor original à época era R\$345.815 mil (de acordo com os cálculos de assessores jurídicos e peritos contábeis contratados pela Companhia).

Desta forma, a Companhia procedeu ao registro contábil deste ativo pelo seu valor original integral (R\$345.815 mil à época), bem como tomou as medidas cabíveis para executar a mencionada decisão judicial, uma vez que o seu direito ao crédito é considerado “incontroverso”, restando pendente apenas a fixação do valor a ser pago por esta autarquia e a forma de pagamento. Conservadoramente foi registrada “Provisão para realização” referente à parcela em discussão nesse processo (parcela controversa), cabendo destacar que o julgamento já foi definitivo com relação ao “mérito” da causa. Na medida em que os demais valores se tornarem “incontroversos”, concomitantemente a Companhia efetuará a reversão desta provisão para realização.

No 2º semestre de 2014 foi proferida decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo, da Primeira Região, indicando como valor “incontroverso” a ser pago por referida autarquia o montante de R\$75.465 mil (montante original do débito até novembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2014, após referida decisão que definiu o valor incontroverso a ser pago, a Companhia procedeu à correção monetária deste montante, baseando-se em decisão do Supremo Tribunal Federal - STF proferida durante o exercício de 2014 onde foi ratificado o posicionamento que tais débitos devem ser corrigidos com base no índice IPCA, contudo conforme descrito na nota 3.3, em 22 de setembro de 2015 foi proferida sentença pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Seção Judiciária do Estado do Amazonas, referente aos embargos à execução, vinculado ao processo nº 18282-07.2012.4.01.3200. Nesta sentença, foi definido que os valores executados sejam atualizados “de acordo com a forma de cálculo aplicável ao indébito tributário previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com aplicação do INPC de 06/191 a 11/1991, do IPCA – Série Especial em 12/1991, da Ufor de 01/1992 a 01/1996 e exclusivamente a Selic a partir de 01/1996”. Portanto, o valor incontroverso (líquido) que está reconhecido nestas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 é de R\$78.230 mil.

b) Processo nº 2001.32.00.000902-4

Em 21 de março de 2014, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com “transito em julgado” a favor da Companhia, cujo valor original pleiteado à época, era R\$76.692 mil (de acordo com os cálculos de assessores jurídicos e peritos contábeis contratados pela Companhia).

Sobre a decisão proferida, foi interposto recurso pela Suframa, questionando os critérios de cálculos utilizados pela Companhia, tendo sido reconhecido pela própria Autarquia como valor “incontroverso” o montante de R\$46.102 mil.

Conforme mencionado anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia procedeu à correção monetária do respectivo débito incontroverso, baseando-se em decisão do Supremo Tribunal Federal - STF proferida durante o exercício de 2014 onde foi ratificado o posicionamento que tais débitos devem ser corrigidos com base no índice IPCA, contudo conforme descrito na nota 3.3, em 22 de setembro de 2015 foi proferida sentença pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Seção Judiciária do Estado do Amazonas, referente aos embargos à execução, vinculado ao processo nº 18282-07.2012.4.01.3200. Nesta sentença, foi definido que os valores executados sejam atualizados “de acordo com a forma de cálculo aplicável ao indébito tributário previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com aplicação do INPC de 06/191 a 11/1991, do IPCA – Série Especial em 12/1991, da Ufor de 01/1992 a 01/1996 e exclusivamente a Selic a partir de 01/1996”. Portanto, o valor incontroverso atualizado que foi reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 é R\$44.701 mil.

Usando o mesmo racional exposto na alínea (a), a Companhia registrou o valor total da discussão junto à Suframa, que já possui decisão definitiva quanto ao seu mérito, mas deduziu este valor através de “Provisão para realização”, apenas para os valores já determinados como “incontroversos” pelos tribunais e conforme essas decisões tornarem os demais valores “incontroversos”, concomitantemente a Companhia efetuará à reversão desta provisão para realização.

c) Honorários de sucumbência

Sobre os créditos devidos pela Suframa, estão embutidos os honorários de sucumbência, que representam 5% do valor total da condenação desta autarquia. Esses valores serão abatidos dos valores que a Companhia terá a receber.

Utilização de ativos contingentes incontroversos para equalização de débito fiscal

A Companhia ofereceu como forma de pagamento (à vista) do parcelamento da Lei 12.996 de 2014 (Refis da Copa), parte dos débitos incontroversos comentados anteriormente. A abertura dos valores oferecidos, assim como do passivo fiscal líquido que a Companhia espera obter caso seu plano de parcelamento seja homologado, está detalhada na nota explicativa nº14 – Impostos parcelados. Até que ocorra a homologação do parcelamento, nenhum efeito será reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

9. IMOBILIZADO

A Companhia efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

	Taxa depr. Anual - %	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(20.615)	39.577	60.192	(18.208)	41.984
Máquinas e equipamentos	4	32.554	(25.739)	6.815	32.554	(24.436)	8.118
Móveis e utensílios	10	5.375	(5.372)	3	5.374	(5.372)	2
Equip.de informática	24	36.746	(36.746)	-	36.746	(36.746)	-
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(12.403)	-	12.403	(12.403)	-
Ferramental	13	15.698	(15.698)	-	15.698	(15.698)	-
Instalações		14.487	(11.896)	2.591	15.097	(10.870)	4.227
Impairment s/Máqs. e Equip.s.	10	-	(6.814)	(6.814)	-	-	-
		<u>203.063</u>	<u>(135.283)</u>	<u>67.780</u>	<u>203.672</u>	<u>(123.733)</u>	<u>79.939</u>

Contrato de arrendamento de ativos – CBTD

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Este contrato não abrange somente a conta de ferramental.

Considerando que as atividades operacionais da CBTD ainda não foram alavancadas, conseqüentemente não estão gerando receitas conforme o planejado, a companhia, conservadoramente, constituiu uma provisão para impairment, do valor de R\$6.814 mil, na conta de Maquinas e equipamentos, objeto de Arrendamento.

10. FORNECEDORES

Refere-se a saldo a pagar substancialmente a prestadores de serviços a curto e a longo prazo. Os referidos passivos não estão inclusos no Plano de Recuperação Extrajudicial, em virtude de terem sido contraídos após a homologação do plano. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía R\$4.367 (R\$3.742 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$4.371 (R\$3.746 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado na rubrica de fornecedores a curto prazo e R\$35.315 (R\$36.037) na controladora e R\$35.315 (R\$36.037 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado na rubrica de fornecedores a longo prazo, respectivamente.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Encargos sociais a recolher	3.787	14.399	4.309	14.884
Provisões trabalhistas (Férias e 13º salário)	-	322	-	322
	<u>3.787</u>	<u>14.721</u>	<u>4.309</u>	<u>15.206</u>

Os encargos sociais a recolher referem-se a verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI - Senai a recolher, que encontram-se em atraso, mas devidamente atualizadas de multa e juros (Selic).

Em abril de 2014, a Companhia transferiu 100% de seus funcionários para a empresa relacionada CBTD, que desde então assumiu as obrigações relacionadas ao pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas vinculadas a estes colaboradores

Parcelamentos de débitos de INSS – Refis da Copa – Lei 12.966/2014 (Modalidade à vista)

O montante parcelado no Refis da Copa na modalidade à vista da rubrica INSS a Recolher foi de R\$11.935, conforme detalhado na nota nº 13.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	1.016	2.417	1.016	2.417
ICMS	7.416	7.528	7.469	7.819
IRRF	125	3.796	125	3.796
IPTU - Manaus	10.426	9.917	10.426	9.917
Taxa de Alvará a pagar - Manaus	3.054	2.880	3.054	2.880
Outros	294	774	294	774
	<u>22.331</u>	<u>27.312</u>	<u>22.384</u>	<u>27.603</u>

13. IMPOSTOS PARCELADOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Refis da Crise (a)	59.051	181.972	59.140	26.503
Parcelamento Refis da Copa (b)	154.984	-	154.984	155.552
PPI - Programa de parcelamento	77	91	77	91
PEP - Programa especial de parcelamento	1.718	-	2.185	-
Parcelamento CVM	749	-	749	-
Parcelamento Ibama	34	-	34	-
	<u>216.613</u>	<u>182.063</u>	<u>217.169</u>	<u>182.146</u>
Circulante	32	6.595	48	6.598
Não circulante	<u>216.581</u>	<u>175.468</u>	<u>217.122</u>	<u>175.548</u>
	<u>216.613</u>	<u>182.063</u>	<u>217.170</u>	<u>182.146</u>

Em agosto de 2010 a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos federais, denominado REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis do mesmo. O referido programa permitiu o parcelamento de débitos em atraso cujos fatos geradores ocorreram até 30 de novembro de 2008. A adesão englobou tanto os débitos que já estavam parcelados em programas anteriores, como os débitos correntes em atraso. A adesão abrangeu também as contribuições previdenciárias, e débitos junto à Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados, todavia, por estar inadimplente, a Companhia foi excluída deste parcelamento.

Os referidos débitos foram reparcelados no Refis da Crise, e Refis da Copa, os quais detalhamos a seguir:

(a) Parcelamento Refis da Crise - Reabertura do prazo de adesão - Lei nº12.865/2013

Com o advento da lei 12.865/2013 que permitiu o parcelamento de débitos em atraso com vencimentos até 30 de novembro de 2008, a Companhia optou em incluir neste programa a maioria de seus débitos tributários Federais que estavam sendo discutidos judicialmente, e que não haviam sido inclusos no programa de parcelamento anterior.

Em 2014, com a abertura do “Refis da Copa”, que permitiu novo parcelamento dos débitos federais e previdenciários, a Companhia manteve no “Refis da Crise” parte de seus débitos em parcelamentos anteriores, e incluiu no “Refis da Copa” débitos vencidos de 1º de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, além de outros débitos tributários que estavam sendo discutidos judicialmente.

Dessa forma, a abertura dos valores presentes no “Refis da Crise” em 31 de dezembro de 2014, ficou da seguinte maneira:

Reabertura Refis da Crise 2013 - Lei 11.941				
Descrição	Valor		Valor	
	Principal	Valor Multa	Juros	Valor Total
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Crise - Modalidade Parcelado	52.162	4.173	39.229	95.564
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ (*)	(36.513)	-	-	(36.513)
Saldo Líquido	15.649	4.173	39.229	59.051

(*) conforme comentado na nota explicativa nº9, e de acordo com as condições implícitas ao plano, a Companhia utilizou o montante de R\$36.513 em prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social para abatimento do valor principal, valores devidamente baixados do estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social, conforme determina a Portaria conjunta PGFN/RFB 15/14.

Por fim, como parte do plano de equalização de seus débitos tributários, a Companhia, apoiada no posicionamento de seus assessores jurídicos, pleiteia a utilização do montante de R\$43.402 de prejuízos fiscais e base negativa para abatimento de multa e juros.

Neste cenário, caso haja êxito em seus pleitos, o débito fiscal da Companhia ficaria da seguinte maneira:

Reabertura Refis da Crise 2013 - Lei 11.941				
Descrição	Valor		Valor	
	Principal	Valor Multa	Juros	Valor Total
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Crise - Modalidade Parcelado	15.649	4.173	39.229	59.051
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ (*)	-	(4.173)	(39.229)	(43.402)
Saldo Líquido	15.649	-	-	15.649

Referidos valores serão aproveitados nas informações contábeis da Companhia somente quando ocorrer a homologação pela Receita Federal do pedido de parcelamento realizado pela Companhia (Refis da Crise).

(b) Parcelamento Refis da Copa - Lei 12.996/2014

Em agosto de 2014, tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento instituídas pela Lei 12.996 de 2014, a Companhia aderiu ao novo Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS da Copa”). Neste programa, a Companhia incluiu débitos vencidos de 1º de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, além de outros débitos tributários que estavam sendo discutidos judicialmente.

De acordo com as condições implícitas neste programa, os débitos foram segregados da seguinte maneira em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	Valor atualizado em 31/12/2014
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Copa - Modalidade à Vista	122.963
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Copa - Modalidade Parcelado	32.021
Total	154.984

Plano de equalização dos débitos fiscais

Como parte do plano de equalização de seus débitos tributários, a Companhia, apoiada no posicionamento de seus assessores jurídicos, pretende utilizar como forma de pagamento desses parcelamentos, determinados ativos que possui, a saber:

- **Precatórios:** Utilização de créditos precatórios de IPI, Finsocial e Taxa Cacex – R\$7.723 mil (nota explicativa nº7);
- **Taxa Suframa:** Utilização de parte dos valores incontroversos oriundos da discussão judicial impetrada contra a Suframa – R\$70.000 mil (nota explicativa nº8);
- **Ativo fiscal diferido:** Utilização de R\$60.114 de ativos fiscais diferidos para pagamento de multas e juros presentes nos referidos planos de parcelamento.

Embora os ativos destacados anteriormente tenham sido formalmente oferecidos no processo de adesão ao Refis da Copa, a Companhia, conservadoramente, não efetuou a baixa desses ativos, uma vez que aguarda homologação de seus pleitos por parte da Receita Federal, para posterior reconhecimento destes efeitos em suas informações contábeis.

Neste cenário, caso haja êxito em seus pleitos, o débito fiscal da Companhia ficaria da seguinte maneira em 31 de dezembro de 2014:

Refis da Copa - Lei 12.996/2014 - Pgto. à vista				
Descrição	Valor		Valor	
	Principal	Valor Multa	Juros	Valor Total
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Copa - Modalidade à Vista	77.722	-	45.241	122.963
Utilização da Taxa Suframa	(70.000)	-	-	(70.000)
Utilização do saldo a CP do Precatório do IPI	(248)	-	-	(249)
Utilização do saldo a CP do Precatório do Finsocial	(297)	-	-	(297)
Utilização do saldo a LP do Precatório do IPI	(736)	-	-	(736)
Utilização do saldo a LP do Precatório do Finsocial	(1.292)	-	-	(1.292)
Utilização do saldo a LP da Taxa CACEX	(5.149)	-	-	(5.149)
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ e 9% CSLL	-	-	(45.241)	(45.240)
Saldo Líquido	-	-	-	-
Refis da Copa - Lei 12.996/2014 - Pgto. Parcelado				
Descrição	Valor	Valor no		
	atualizado	parcelamento	Parcela	nº
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Copa - Modalidade Parcelado	17.147	1.782	13.092	32.021
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ e 9% CSLL	-	(1.782)	(13.092)	(14.874)
Saldo Líquido	17.147	-	-	17.147

14. CREDORES – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais	155.664	184.222	155.663	184.221
Fornecedores estrangeiros	18.310	16.811	18.310	16.811
Empréstimos e financiamentos	282.802	259.650	282.802	259.650
	<u>456.776</u>	<u>460.683</u>	<u>456.775</u>	<u>460.682</u>

Foi firmado no dia 24 de setembro de 2009, o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB, estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente”, doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09 de dezembro de 2009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao “Plano”, que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extrajudicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extrajudicial de São Paulo, passando a integrar o “Plano” e com isto, levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos aos seus efeitos.

O aditamento contém disposições gerais que definem uma eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação), condicionados ao EBTIDA e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que deverá pagar diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S.A.

Além das disposições descritas anteriormente, foram estabelecidas as seguintes premissas para pagamento aos credores:

a) Credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

- Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da Companhia, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos apurados passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor.
- Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices descritos no tópico anterior

b) Credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

- Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada;
- Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deveriam ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.013; e
- Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deveriam ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2013, 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2015

- Os valores dos créditos apurados passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor.

Recuperação Extrajudicial – Situação atual

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 20 de junho de 2013, a Companhia emitiu comunicado junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, informando que a CBTD não alcançou os índices de desempenho indicados no aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial.

De acordo com referido aditamento, esta situação ocasionou a solicitação de prazo adicional de 365 dias para início dos pagamentos aos credores, o que foi indeferido em juízo. Contudo, demonstrou-se nos autos que os credores que representam aproximadamente 50% dos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação extrajudicial estão de acordo com a concessão do referido prazo.

A Companhia interpôs recurso quanto à referida decisão, sendo que, na hipótese de não provimento dos recursos para que seja retomado o processo de recuperação extrajudicial, será cabível Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF.

Como os recursos não se processam sem efeito suspensivo, no momento a sentença de extinção do plano de recuperação, produz efeitos e, por essa razão, a Companhia não está impedida de realizar pagamentos ou celebrar acordos com credores.

Acordos celebrados com credores

A partir do 2º semestre de 2014, em virtude da prolação da sentença de extinção da Recuperação Extrajudicial, e em virtude da pendência de julgamento do Recurso de apelação – sem efeito suspensivo - interposto contra essa decisão, foram celebrados alguns acordos com credores, que ainda se encontram em fase de formalização. Desta forma, referidos acordos ainda não são definitivos e não impactam estas demonstrações financeiras.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária, trabalhista e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como “provável”, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

	Controladora					
	2014			2013		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	(5.660)	57.794	52.134	(5.392)	49.546	44.154
Trabalhistas	(88)	11.185	11.097	(91)	17.114	17.023
Cíveis	-	19.026	19.026	-	18.250	18.250
	<u>(5.748)</u>	<u>88.005</u>	<u>82.257</u>	<u>(5.483)</u>	<u>84.910</u>	<u>79.427</u>

	Consolidado					
	2014			2013		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	(5.660)	57.896	52.236	(5.392)	50.057	44.665
Trabalhistas	(88)	14.580	14.492	(91)	19.842	19.751
Cíveis	-	19.026	19.026	-	18.250	18.250
	<u>(5.748)</u>	<u>91.502</u>	<u>85.754</u>	<u>(5.483)</u>	<u>88.149</u>	<u>82.666</u>

Processos fiscais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos tributários envolvendo principalmente discussões sobre IRRF, PIS, COFINS, CSLL, II, ITBI e ICMS, entre outros.

No final do exercício de 2013, com o advento do parcelamento extraordinário instituído pela Lei 12.865/2013 (Refis) a Companhia optou por parcelar a maioria de seus débitos tributários Federais classificados como perda possível e provável, motivo pelo qual não há processos judiciais federais em andamento, no final do ano de 2013, e início de 2014.

Dessa forma, a IGB é parte no polo passivo de 3 (três) processos administrativos tributários Federais e 45 (quarenta e cinco) processos judiciais Estaduais totalizando, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$57.794 (R\$49.546 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$57.896 (R\$50.057 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, os quais se encontram integralmente provisionados nas demonstrações financeiras.

Processos trabalhistas

Tratam-se de reclamações movidas por ex-empregados pleiteando o pagamento, via de regra, das seguintes demandas: Verbas Rescisórias não pagas, Depósito de FGTS não realizados, Horas Extras, dano moral (falta de pagamento), vínculo empregatício, entre outros.

As ações/execuções totalizam o valor de R\$11.185 (R\$17.114 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$14.580 (R\$19.842 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, em 31 de dezembro de 2014, tramitando a maioria dos processos nas cidades de São Paulo e Manaus.

Processos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte no polo passivo de 157 (cento e cinquenta e sete) ações Cíveis, as quais totalizam o valor aproximado de R\$39.374. Desse valor, estima-se que R\$ 11.310, representem risco provável, as quais foram integralmente provisionadas de acordo com a política interna de provisionamento da Companhia. Nesse caso os pedidos comuns são pedidos de cobranças e indenizações.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo de 7.699 ações judiciais do consumidor, as quais totalizam o valor aproximado de R\$15.920. Deste valor, estima-se que R\$7.716, representam risco provável e encontram-se provisionados de acordo com a política interna de provisionamento da Companhia. Os referidos processos estão relacionados a questões envolvendo dano moral e material, defeitos de produtos e ausência de assistência técnica.

16. PARTES RELACIONADAS

Controladora

A parte controladora da Companhia é a HAG participações S/A

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Durante o período, não houve qualquer remuneração ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e pessoal chave da Administração.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente:

- Vale transporte – R\$ 9,30 por dia útil: Desconto em folha de pagamento de até 20% do valor mensal creditado, de acordo com a faixa salarial, e conforme legislação vigente;
- Auxílio refeição – R\$20,00 por dia útil: Desconto em folha de pagamento de até 20% do valor mensal creditado, de acordo com faixa salarial, e conforme legislação vigente.

Não há planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado destes exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, conforme demonstrado a seguir:

Partes relacionadas - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<i>Não circulante</i>				
Companhia Brasileira Tecnologia Digital (a)	1.258	-	-	-
Skurge Participações (b)	608	461	-	-
Outras	32	170	-	-
	1.898	631	-	-

Partes relacionadas - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<i>Não circulante</i>				
NPG Adm e Participações (c)	12.085	11.387	9.387	10.767
HAG (d)	1.411	1.449	1.417	1.449
Outras (e)	0	950	825	950
	13.496	13.786	11.629	13.166
Líquido	11.598	13.155	11.629	13.166

- (a) Fim específico de liquidar débitos trabalhistas;
- (b) Fim específico de liquidar débitos sub-rogados;
- (c) NPG é uma empresa com administradores em comum à Companhia. O Passivo a pagar refere-se a adiantamentos efetuados para fazer frente às despesas pré-operacionais da Companhia, e estão devidamente formalizados por meio de Instrumento Particular de Cessão de Crédito e outras Avenças.
- (d) Fim específico para suprir o fluxo da mutuarria;
- (e) Nota de débito referente despesas;

17. PASSIVO A DESCOBERTOCapital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração é de R\$41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, por meio de 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias, dividido entre 1 pessoa jurídica, e 2.439 pessoas físicas.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.

Em 30 de Janeiro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de dividendos da IGB Eletrônica S.A., onde fica estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado com base em suas demonstrações financeiras semestrais ou anuais.

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor da contrapartida oriundo dos ajustes iniciais referente à implantação das novas práticas contábeis, conforme mencionado na nota explicativa nº10.

18. RECEITAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aluguéis	8.302	3.361	8.302	3.361
Outras receitas	40	25	40	25
	<u>8.342</u>	<u>3.386</u>	<u>8.342</u>	<u>3.386</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Gastos com Pessoal	(4.105)	(2.482)	(4.105)	(2.482)
Serviços Prestados	(2.588)	(1.860)	(2.592)	(1.859)
Depreciação	(2.938)	(2.855)	(2.938)	(2.855)
Gastos Gerais	(534)	(216)	(557)	(216)
	(10.165)	(7.413)	(10.192)	(7.412)

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras Receitas Operacionais				
Provisões	(449)	19.129	(707)	18.505
Venda de sucatas	157	-	157	-
Outros descontos operacionais (*)	47.557	-	47.557	-
	47.265	19.129	47.007	18.505
Outras Despesas Operacionais				
Resultado na venda de ativo imobilizado	(15)	-	(15)	-
Resultado líquido na baixa de estoque	(1.045)	-	(1.045)	-
Impairment de ativo imobilizado	(6.814)	-	(6.814)	-
	(7.874)	-	(7.874)	-
Líquido	39.391	19.129	39.133	18.505

(*) refere-se a deságio obtido em negociação de dívida junto a um credor. O respectivo credor é locatário de alguns imóveis da Companhia, e possuía débitos em aberto que estavam sendo executados judicialmente. Em acordo celebrado entre as partes durante o exercício de 2014, a Companhia desistiu das ações judiciais (e correspondentes cobranças), e em troca obteve o referido deságio do saldo a pagar a este credor.

21. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas				
Variações monetárias ativas (a)	7.976	2.777	7.976	2.777
Juros Ativos	-	502	-	502
Descontos Ativos	-	-	-	-
	7.976	3.279	7.976	3.279
Despesas				
Variações monetárias passiva (b)	(67.902)	(18.281)	(67.924)	(18.355)
Juros Passivos (c)	(29.249)	(44.299)	(29.493)	(44.316)
	(97.151)	(62.580)	(97.417)	(62.671)
Líquido	(89.175)	(59.301)	(89.441)	(59.392)

(a) Este valor se refere a atualização monetária dos Precatórios do IPI, Finsocial, Taxa Cacex.

(b) Este valor se refere a atualização monetária dos Impostos a Recolher.

(c) Este valor se refere ao Juros e encargos dos parcelamentos do Refis, e dos impostos a recolher.

22. FATORES DE RISCO DO MERCADO

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal de suas atividades estão a seguir dispostos:

Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado ao impacto adverso sobre o valor dos ativos e passivos, causado por oscilações de fatores, como taxa de juros ou taxas de câmbio.

No caso da Companhia, este risco está associado ao mercado imobiliário em Manaus que nos últimos anos andou muito aquecido. Isso gerou investimentos por parte dos concorrentes, que construiriam e disponibilizam imóveis no mercado.

O excesso de oferta poderá reduzir as receitas de locação.

Risco de Taxa de Juros

O risco ligado à taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos.

Risco de Crédito

A Companhia possui esse risco nos seus contratos de locação e na eventual inadimplência do locatário e se resguarda pedindo, nos casos em que isso é necessário, garantia adicional, através de seguro fiança.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade pela Companhia em cumprir com as obrigações nos prazos devidos.

Para a Companhia, o maior risco é a inadimplência da CBTD no cumprimento do contrato de arrendamento de ativo, celebrado entre IGB e CBTD. Embora o Plano de Recuperação Extrajudicial, devidamente aprovado pelos credores e homologado na Justiça, preveja essa possibilidade de inadimplência na CBTD, é lícito supor que, numa situação de continuada inadimplência da CBTD, a tolerância dos credores não é por tempo indeterminado. Portanto, para a execução do plano é crucial a CBTD cumprir o Contrato de Arrendamento, que, por sua vez, depende do resultado de suas operações.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado é realizada pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

24. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro / Prejuízo do Exercício	<u>(55.211)</u>	<u>(48.075)</u>	<u>(55.211)</u>	<u>(48.075)</u>
Quantidade de Ações ao final do exercício	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) Por Lote de Ação do Capital Social	<u>(4,4151)</u>	<u>(3,8445)</u>	<u>(4,4151)</u>	<u>(3,8445)</u>

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S/A

Amazonas - AM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IGB Eletrônica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

ÊNFASES

• Em 29 de julho de 2015, emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras da IGB Eletrônica S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº3.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir, exclusivamente, os seguintes temas: (i) mudança na prática contábil quanto ao registro e manutenção de créditos tributários diferidos oriundos de Prejuízos Fiscais e Bases Negativas da Contribuição Social. Como resultado desta mudança, a Companhia deixou de reconhecer contabilmente referido crédito tributário no montante de R\$284.440 mil, assim como, apurou e retificou retrospectivamente em suas demonstrações financeiras os efeitos e valores correspondentes. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida em 29 de julho de 2015, não é mais necessária; e (ii) baseada em sentença proferida pelo Tribunal Regional Federal do Estado de Amazonas em 22 de setembro de 2015, a Companhia alterou os índices de correção monetária aplicados sobre os valores incontroversos vinculados à Taxa Suframa a receber (nota explicativa nº8), o que ocasionou um aumento no ativo não circulante de R\$6.353 mil. Portanto, nossa opinião está sendo reemitida nesta data, considerando essas alterações e substituindo a opinião anteriormente emitida.

• Conforme descrito na nota explicativa nº 8, baseada no posicionamento favorável de seus assessores jurídicos, e em decisões definitivas com “transito em julgado” proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF, cujo “mérito” foi julgado como procedente a favor da Companhia, foi reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 um montante líquido de R\$122.931 mil (créditos com valores “incontroversos”), provenientes de dois processos impetrados contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, pertinentes a cobranças indevidas de taxas sobre importações realizadas pela Companhia durante o período compreendido entre junho de 1991 e dezembro de 1999. Atualmente, apesar da Companhia ter registrado em suas demonstrações financeiras somente a parcela incontroversa do direito ao referido crédito (parcelas estas que foram devidamente reconhecidas pela própria Autarquia - Suframa), o que assegura o tratamento deste ativo como de ganho praticamente certo, nos termos da Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25, o efetivo recebimento dos valores depende de execuções judiciais em andamento e/ou outras formas de negociações destes ativos. Desta forma, apesar do reconhecimento do direito sobre os referidos créditos, atualmente não é possível determinar quando e como ocorrerá sua liquidação financeira a favor da Companhia, o que originou seu registro como ativo não circulante.

ÊNFASES (CONTINUAÇÃO)

• O plano de recuperação extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2010, prevê o arrendamento dos bens e da marca “Gradiente”, antiga IGB Eletrônica S/A à investida CBTD. Entretanto, como as operações da CBTD não foram iniciadas, conseqüentemente, não geraram caixa mínimo suficiente para pagamento do arrendamento e pagamento aos credores da Recuperação Extrajudicial. Neste sentido, a Companhia solicitou aditamento ao plano de Recuperação Extrajudicial para postergar o prazo de início dos pagamentos aos credores. Referido pleito foi indeferido pelo juiz da Recuperação Extrajudicial, tendo a Companhia interposto recurso à esta decisão. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, na hipótese de não provimento ao referido recurso, ainda será cabível à Companhia Recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 14, a Companhia iniciou renegociações com determinados credores, o que na opinião dos seus assessores jurídicos, em virtude da prolação da sentença de extinção da Recuperação Extrajudicial e decorrente da pendência de julgamento do Recurso de apelação impetrado pela Companhia, possui amparo legal na Legislação aplicável às empresas em Recuperação Extrajudicial. A continuidade normal das operações da Companhia depende do sucesso do plano de reestruturação e/ou dos referidos acordos que atualmente estão sendo celebrados com os credores. Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 14 às demonstrações financeiras, bem como para a insuficiência de patrimônio líquido no valor de R\$636.265 mil, em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da Companhia e liquidação das dívidas junto aos credores da Recuperação Extrajudicial.

OUTROS ASSUNTOS

• Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

OUTROS ASSUNTOS (CONTINUAÇÃO)

• O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota nº 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 31 de março de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3.1 que foram efetuados para alterar as informações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assegurar sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Amazonas, 06 de novembro de 2015.

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria declara que: O conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

A diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Mudança nos índices de correção monetária aplicados sobre os valores incontroversos vinculados à taxa suframa, conforme sentença proferida pelo Tribunal Regional Federal do Estado do Amazonas.
2	Retirado do IRPJ e CSLL Diferidos para refletir a mudança na prática contábil quanto ao registro e manutenção de créditos tributários diferidos.